



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Licitatório nº 51/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e materiais, para a execução de serviços de reforma do 12º andar do Ed. Castellar Guimarães, localizado na Avenida Álvares Cabral, nº 1690 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte – MG.

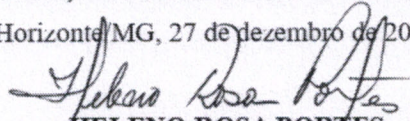
Recorrente: CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS – EPP (fornecedor F000158)

Recorrida: CONSTRUTORA AMBIENTAL LTDA. (fornecedor F000166)

Conheço do recurso interposto pela licitante CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP, eis que próprio e tempestivo.

No mérito, decido negar-lhe provimento, pela fundamentação constante da decisão do Pregoeiro.

Belo Horizonte/MG, 27 de dezembro de 2017.


HELENO ROSA PORTES
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo,

I – RELATÓRIO

A licitante CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP, já identificada e qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, inconformada com a decisão proferida por este Pregoeiro, que rejeitou a proposta da Recorrente e declarou vencedor do certame a licitante CONSTRUTORA AMBIENTAL LTDA., manifestou intenção de interpor recurso.

Em suas razões, a Recorrente alega que teria cumprido as exigências editalícias e o ato que a inabilitou teria violado os princípios da legalidade, razoabilidade, vinculação ao edital, da adjudicação compulsória e, notadamente, da escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e, ao final, pugna para que seja reconsiderada a decisão que culminou em sua desclassificação.

Transcorreu *in albis* o prazo para apresentação de contrarrazões.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

É o breve relato.

II – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Presente o interesse recursal, a peça foi apresentada tempestivamente, devendo, portanto, ser conhecida.

III – DO MÉRITO

Inicialmente, cumpre ressaltar, apenas a título de esclarecimento, que a empresa Construtora Ambiental Ltda. (fornecedor F000166) apresentou o melhor lance (R\$ 344.688,00) e, seguindo as diretrizes do procedimento estabelecido no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, apresentou toda documentação e planilhas de composição de custos exigidas no Anexo II do Edital (planilha detalhada de preços unitários e totais, dos itens e subitens cotados, e preço global; composição de custos para cada item e subitem da planilha detalhada; composição de BDI; planilha de material e mão de obra de instalações referentes aos projetos complementares), sendo devidamente habilitada para o lote.

Destaque-se, ainda, que, devidamente notificada, a pedido do setor técnico, em momento anterior ao ato de habilitação, para demonstrar a exequibilidade de um dos itens de maior valor na planilha de composição de custos (07.02.03 – Fornecimento e Instalação de Carpete), a empresa Construtora Ambiental Ltda. apresentou coleta de preço realizada junto à empresa Luciano Pisos Ltda., apresentando o valor de R\$ 75.820,80 para 303,00 m2 de carpete Beaulieu belgotex bolero e adesivos (correspondência eletrônica recebida em 05/12/17).

Registre-se que a proposta e a documentação técnica apresentadas pela empresa Construtora Ambiental Ltda. foram aprovadas pelo setor técnico e os arquivos respectivos disponibilizados pelo pregoeiro no *site* do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Após a declaração de vencedora, o sistema do Portal de Compras verificou o empate ficto e automaticamente assegurou às microempresas e empresas de pequeno porte, observada a classificação das propostas até o momento, o direito de preferência à contratação, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Num primeiro momento, foi dada oportunidade ao fornecedor F000184, que optou por não dar novo lance. Em seguida, a empresa Carla Roberta de Castro Matos – EPP (fornecedor F000158) foi convidada via Portal de Compras para dar um novo lance e utilizou a prerrogativa prevista na Lei Complementar nº 123/2006, ofertando o valor de R\$ 344.676,70. Fora, então, solicitada a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

apresentação de todos os documentos exigidos em edital para fins de análise pelo setor técnico.

O fornecedor F000158 (Carla Roberta de Castro Matos – EPP) encaminhou correspondência eletrônica em 12/12/2017, às 13:53, a qual continha diversos arquivos referentes à documentação para habilitação.

Devidamente notificada para comprovação da exequibilidade do item 07.02.03, a empresa Carla Roberta de Castro Matos – EPP encaminhou coleta de preços realizada junto ao mesmo fornecedor da Construtora Ambiental Ltda., inclusive apresentando orçamento com idêntico valor para 303,00 m2 de carpete, conforme correspondência eletrônica enviada em 13/12/2017 (às 13:52).

Na mesma data, o fornecedor F000158 encaminhou correspondência eletrônica (às 15:05) contendo Planilhas de Composição de Preço Unitário (civil, elétrica e telecomunicações).

Após a análise pelo representante da Superintendência de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça, verificou-se que uma das planilhas apresentadas pela empresa Carla Roberta de Castro Matos – EPP (Planilha de Venda Civil) continha no cabeçalho o nome da Construtora Ambiental Ltda. e, numa análise mais detalhada, a identidade dos dados das planilhas apresentadas pelo licitante anteriormente habilitado (fornecedor F000166).

Diante disso, foi solicitada diligência via *chat* do Portal de Compras, em 13/12/2017, às 15:50:51, para que o fornecedor apresentasse, nos termos do item 9.7.1.2 do Edital, e no prazo de 1 (um) dia útil, documentos comprobatórios de todos os custos constantes da Planilha de Custos detalhada.

Na oportunidade, fora informado via *chat* a seguinte justificativa:

" Srs. licitantes, o setor técnico fez a seguinte análise: 'Sr. Pregoeiro. Considerando que as planilhas enviadas pelo licitante F000158 apresentam todos os preços unitários (exceto o item 01.01.01 da planilha civil) iguais à 1ª colocada (Construtora Ambiental Ltda.), inclusive o mesmo título (Planilha orçamentária - Construtora Ambiental Ltda) e até coleta de preço do carpete para comprovar a exequibilidade do item 07.02.03 na mesma empresa;

Considerando que há identidade de elementos componentes das planilhas civil, elétrica e telecomunicações apresentadas por ambos licitantes;

Solicitamos, em caráter de diligência, o envio dos documentos que comprovem os todos os custos constantes nas planilhas enviadas' ."



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cabe registrar, neste ponto, que o edital prevê a possibilidade de concessão de prazo pelo Pregoeiro para que seja demonstrada a exequibilidade do preço pelo licitante (item 9.7), bem como a forma de comprovação:

“9.7.1. O licitante deverá demonstrar a exequibilidade do seu preço através da documentação abaixo:

9.7.1.1. Planilha de custos detalhada elaborada pelo licitante; e

9.7.1.2. Documentos que comprovem os custos constantes da planilha do subitem anterior”.

Em resposta, o fornecedor F000158 enviou correspondência eletrônica datada em 14/12/2017, às 13:13, contendo alguns arquivos e esclareceu o seguinte:

“ A Empresa Carla Roberta de Castro Matos – EPP – Fusco Engenharia, utiliza o programa de orçamento de obras ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe, que é disponibilizado pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe – CEHOP.

O orçamento em questão foi realizado com a utilização deste programa; e para a comprovação desta informações segue em anexo a planilha de orçamentos revisada, planilha de curva ABC de insumos e planilha de composições de custos, que comprovam o conhecimento da obra e de todos os serviços a serem executados.

(...)

Com a intenção de acelerar o processo de envio de documentos tomamos a liberdade de utilizar os documentos (planilhas) disponibilizados no site MPMG, porém cometemos a gafe de não alterar o título (Planilha orçamentária – Construtora Ambiental Ltda), fato esse que já se encontra resolvido conforme planilha de custos e composições em anexo (modelos Edital).” (negritei)

Os referidos esclarecimentos e os arquivos enviados pelo fornecedor F000158 foram analisados pelo setor técnico, os quais não foram aprovados, acarretando a rejeição da proposta sob o seguinte argumento:

“ A proposta do fornecedor F000158 para esse lote foi rejeitada. O motivo da não aceitação da proposta, de acordo com o pregoeiro da sessão, é: “O fornecedor F000158 não apresentou documentos (coletas de preços, notas fiscais, contratos, etc) que comprovem todos os custos constantes da Planilha de custos detalhada, nos termos do item 9.7.1.2 do Edital, em atendimento à diligência solicitada pelo setor técnico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registrou o setor técnico em sua manifestação que as planilhas enviadas pela Carla Roberta de Castro Matos—EPP (fornecedor F000158), conforme declarado pela própria empresa na carta resposta, foram copiadas das planilhas elaboradas pela empresa Construtora Ambiental Ltda. (disponibilizada no site do MPMP) e posteriormente utilizadas no programa de orçamento de obras ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe, o que não comprova a solicitação exigida."

Diante da rejeição de sua proposta, fora interposto recurso pela empresa Carla Roberta de Castro Matos – EPP e apresentadas razões no prazo concedido.

Instado a manifestar quanto às razões do recurso interposto, o representante da Superintendência de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça prestou os seguintes esclarecimentos:

1) Quanto à utilização do Programa ORSE

" Informamos que o Programa ORSE não reflete os preços praticados no mercado mineiro, pois os preços de referência são coletados para a região de Sergipe."

2) quanto à demonstração da exequibilidade por meio do orçamento:

" Orçamento de obra: É a discriminação completa dos custos e serviços para a realização de uma obra. Na planilha orçamentária são apresentados os quantitativos e os preços unitários de cada item, calculados através da composição de custo.

Composição de custos: apresenta os quantitativos e custos dos componentes de determinado serviço. Todos os itens da planilha orçamentária devem ser desmembrados e, para aqueles não constantes das tabelas oficiais, seu custo deve ser buscado na região onde o serviço será executado (preço de mercado). Portanto, o orçamento por si só não comprova a exequibilidade."

3) quanto à demonstração da exequibilidade em razão do orçamento referente ao carpete:

'A composição de custo da empresa demonstra que vários itens têm componentes com custo de mercado e apenas foram apresentadas as coletas dos itens citados acima. Assim não foi cumprida a exigência solicitada no dia 13/12/2017, em caráter de diligência"

4) quanto à utilização de planilhas já apresentadas por outro fornecedor e disponibilizadas o site do MPMG e elaboração de orçamento pelo ORSE:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Conforme a própria empresa declarou em resposta a diligência aberta em 13/12/2017, “Com a intenção de acelerar o processo de envio de documentos tomamos a liberdade de utilizar os documentos (planilhas) disponibilizados no site MPMG, porém comentemos a gafe de não alterar o título (Planilha orçamentária - Construtora Ambiental Ltda), fato este que já se encontra resolvido conforme planilha de custos e composições em anexo (modelos Edital).” , os valores contidos na planilha foram utilizados das planilhas disponibilizadas no site do MPMG.

Na ocasião a empresa anexou planilhas utilizando o programa de orçamento de obras ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe (planilha orçamentária do empreendimento, curva ABC de insumos do empreendimento e Relação de composições do Empreendimento), entretanto, algumas unidades, alguns quantitativos de serviços e os preços não correspondem à “Planilha Composição de Custos Fusco MP (revisado)” apresentada. Além disso, o sistema ORSE utilizado pela licitante, utiliza apenas os preços do estado de Sergipe não refletindo o mercado mineiro.”

5) quanto à execução de obra à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com especificações técnicas idênticas:

“No momento da habilitação a empresa apresentou para comprovação da capacidade técnica atestado relativo ao contrato nº 9144799/2017, apenas com as quantidades. Os serviços constantes do atestado possuem características semelhantes.

Intempestivamente a licitante apresentou o mesmo contrato com a planilha orçamentária visando demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Ocorre que os valores unitários do contrato não estão compatíveis com os valores da planilha apresentada para a obra do MPMG.”

Após análise técnica dos argumentos apresentados, a Superintendência de Engenharia e Arquitetura concluiu o seguinte: *“a empresa não apresentou os documentos que comprovem todos os custos constantes da Planilha de custos detalhada, ou seja, não apresentou as coletas de preços de mercado mencionados em itens da Planilha CPU (composição de custo unitário), conforme solicitado em 13/12/2017.”*

Assim, verifica-se que, na realidade, o fornecedor F000158 apresentou tão somente o orçamento referente ao carpete para comprovar a exequibilidade dos preços de sua planilha de composição de custos.

Além disso, não demonstrou que o programa ORSE, o qual fora utilizado para elaboração de seu orçamento, tem como referência preços da construção civil levantados no mercado onde será executada a obra (Minas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gerais), nem apresentou qualquer dado técnico substancial acerca da forma de levantamento desses custos.

No mais, os argumentos genéricos apresentados pelo fornecedor F000158 quanto à violação de princípios que regem a licitação não encontram guarida no procedimento em questão, mormente quando se tem assegurada a garantia de ampla defesa nas oportunidades concedidas para demonstração da exequibilidade dos preços de sua composição de custos, e também a vinculação ao instrumento convocatório, quando se cumpre a regra editalícia que prevê a apresentação de documentos comprobatórios dos custos da planilha.

Longe de adentrar nos aspectos morais e éticos que envolvem a utilização do trabalho de outrem, especificamente as planilhas disponibilizadas no *site* do MPMG que, à primeira vista, não se mostra uma conduta ilegal, embora questionável, a Administração Pública deve zelar no processo licitatório pela contratação de uma empresa que, ofertando a proposta mais vantajosa, o que inclui o preço, tenha também capacidade para execução do objeto, a qual perpassa o levantamento dos custos respectivos.

IV – DA CONCLUSÃO

Ex positis, atenta aos preceitos constitucionais vigentes e visando sempre à transparência que deve permear as contratações públicas, este Pregoeiro posiciona-se pelo conhecimento do recurso arrojado e, no mérito, manifesta-se pelo seu desprovimento, mantendo-se inalterada a decisão hostilizada. Para tanto, faz subir a peça formal, devidamente instruída, juntamente com os autos completos, nos termos do art. 8º, III, do Decreto Estadual nº 44.786/08.

Belo Horizonte/MG, 27 de dezembro de 2017.

Rafael Henrique Chaves Lamounier

Pregoeiro